

Liberdade religiosa e laicidade do Estado no debate e nas práticas da Pastoral da Juventude e da Rede Ecumênica da Juventude

Religious freedom and secular State in the debate and practiques of the Pastoral of Youth and the Ecumenical Youth Network

Raquel de Fátima Colet¹
Rodrigo de Andrade²

Resumo

O cenário político brasileiro apresenta um crescimento considerável de posicionamentos pautados em princípios religiosos. Ao passo que evidenciam a necessária contribuição das tradições religiosas no espaço público, também comportam o risco de fundamentalismos que desconsideram a liberdade religiosa e a laicidade do Estado como base legal para o mesmo. Sensíveis a este contexto e testemunhando a possibilidade da cooperação entre credos e espiritualidades diferenciadas em favor do Estado democrático e laico, a Pastoral da Juventude (PJ) e a Rede Ecumênica da Juventude (REJU) têm atuado nas esferas socioculturais, políticas e religiosas pautadas por princípios de superação das intolerâncias e defesa de direitos constitucionais. Por meio de um estudo de caso qualitativo apoiado em observações dos pesquisadores, notícias e posicionamentos públicos destas organizações, este trabalho visa apresentar a contribuição da PJ e da REJU em favor destes princípios de liberdade e laicidade. Protagonizadas por jovens efetivamente envolvidos nos mecanismos de participação e controle social, particularmente nas Políticas Públicas de Juventude (PPJs), estes dois grupos adotam um posicionamento sociopolítico pautado em uma espiritualidade encarnada, dialógica e inculturada que acena e contribui para a efetivação do direito à liberdade religiosa em conformidade com a laicidade do Estado.

Palavras-chave

Liberdade religiosa. Estado laico. Pastoral da Juventude. Rede Ecumênica de Juventude.

Abstract

The Brazilian political scene presents a considerable growth of positions based on religious principles. While they show the necessary contribution of religious traditions in the public space, they also carry the risk of fundamentalisms that disregard religious freedom and the laity of the State as a legal basis for it. Sensitive to this context and witnessing the possibility of cooperation between different creeds and spiritualities in favor of the democratic and secular State, the Youth Ministry (PJ) and the Ecumenical Youth Network (REJU) have been active in the socio-cultural, political and religious spheres guided by principles of overcoming intolerance and defending constitutional rights. Through a qualitative case study supported by researchers' observations, news and public positions of these organizations, this work aims to present the contribution of the PJ and REJU in favor of these principles of freedom and secularism.

¹ Doutoranda, mestre e bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Assessora provincial da Pastoral Escolar Vicentina da Província de Curitiba. Contato: raquel_colet@hotmail.com.

² Doutorando em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Gestão de Processos Pastorais pela PUCPR. Bacharel em Teologia pela PUCPR. Contato: rodrigo.costadeandrade@gmail.com.

Keywords

Religious freedom. Laic State. Pastoral of Youth. Ecumenical Youth Network.

INTRODUÇÃO

O discurso religioso faz parte da constituição histórica do cenário sociopolítico brasileiro. Todavia, se há três décadas este discurso se caracterizava por seus ideais progressistas, utópicos e libertadores, hoje ele chama atenção por seu caráter conservador, reacionário e segregacionista, influenciado em grande medida pela ascensão do movimento neopentecostal, que traz em seu bojo uma lógica pragmática e individualista que se alia perfeitamente à ideologia neoliberal. O fortalecimento desse discurso tem sido evidenciado pelo aumento da chamada bancada evangélica no Congresso Nacional, hoje também composta por católicos conservadores, e sua conseqüente influência nas decisões em torno de assuntos polêmicos que envolvem principalmente questões morais e/ou de grande repercussão pública.

Em face desse cenário de desencontros, a Pastoral da Juventude (PJ) e a Rede Ecumênica da Juventude (REJU) explicitam por meio de suas práticas e discursos a possibilidade de sintonia entre o direito à liberdade religiosa dentro princípio da laicidade do Estado, foco sobre o qual este trabalho objetiva discorrer. O caminho metodológico assumido para tal consiste em um estudo de caso que busca evidenciar qualitativamente e caracterizar a abordagem e articulação do tema no interior e a partir das duas expressões juvenis aqui citadas.

Sobre estas, cabe inicialmente duas considerações que são pano de fundo da reflexão. A primeira faz referência ao perfil dos sujeitos que integram tanto a PJ quanto a REJU, e considera o fato de que ambas são constituídas por jovens,³ grupo social que nas últimas décadas tem adquirido uma particular visibilidade no cenário público brasileiro, e que tem o protagonismo juvenil como um dos fundamentos de suas opções e práticas. Outro elemento se refere à natureza religiosa de suas articulações, fator que está diretamente relacionado aos posicionamentos que assumem no debate público. Considera-se, assim, como um pressuposto a relação de influência recíproca estabelecida entre sujeitos e mediações religiosas. A questão que se busca aqui responder é como PJ e REJU a partir de suas identidades juvenil, religiosa/ecumênica, têm incidido na esfera pública brasileira na questão da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, e que novas hermenêuticas brotam desta atuação em prol do Estado democrático, e do diálogo e cooperação entre credos.

³ No Brasil são reconhecidos como jovens as pessoas que possuem entre 15 e 29 anos, grupo sobre o qual incide as iniciativas governamentais de Políticas Públicas de Juventude (PPJs). Do ponto de vista sociocultural, cabe a consideração de que a condição juvenil está diretamente conectada à estrutura da sociedade, sendo vivida de maneira diferente em cada época, mas também nos diferentes espaços geográficos, sociais e culturais, além de outros demarcadores de identidade (gênero, pertencimentos associativos, religiosos, entre outros).

1 A PASTORAL DA JUVENTUDE

1.1 Memória histórica

A Pastoral da Juventude constitui-se como uma expressão juvenil pertencente à pastoral orgânica da Igreja católica. Embora comece a ganhar corpo como articulação pastoral a partir da década de 1970, suas raízes históricas remetem à Ação Católica Especializada (ACE), da qual herdou traços fundamentais no campo metodológico, pedagógico e organizacional, tais como a realidade como ponto de partida para a ação, o engajamento social, a espiritualidade encarnada, a compreensão de protagonismo juvenil e laical a partir da vocação batismal, entre outros.⁴ Posteriormente, as conferências episcopais latino-americanas de Medellín e Puebla, a Teologia da Libertação e a atuação da CNBB levaram à proposição de uma organização nacional das experiências de trabalho com juventude, tendo na década de 1980 o seu período mais expressivo de estruturação e sistematização teórica. A conjuntura de sociedade e de Igreja do período é o grande instigador e propulsor deste novo modelo pastoral. O protagonismo juvenil ganha corpo na militância política e social, impulsionada por uma postura eclesial de cunho libertador, comprometida com a promoção humana e a justiça social, expressas na opção preferencial pelos pobres, na denúncia das injustiças e da opressão. À frente destas lutas estão muitos(as) jovens, oriundos(as) das comunidades de fé e que, a partir delas, articulam-se e atuam a partir de seus meios específicos.

1.2 Espaços e iniciativas de incidência sociopolítica

Desde o início dos anos 2000, a Pastoral da Juventude tem dedicado especial atenção às Políticas Públicas de Juventude (PPJs). Sua inserção no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), além de demonstrar concretamente este compromisso, se caracteriza como uma das principais ferramentas de incidência política. A PJ compõe o CONJUVE desde a primeira gestão, tendo realizado muitas participações significativas ao longo destes anos: em 2007 assumiu a presidência do Conselho; em 2008 e 2011 participou efetivamente nas duas conferências nacionais de PPJs, contribuindo na preparação, mobilizando a juventude de todo o país e articulando as conferências virtuais durante as etapas preparatórias; contribuiu na construção da Rede Nacional de Conselhos de Juventude e realizou uma expressiva colaboração em conselhos estaduais e municipais de todo o país. Em 2015, integrou a coordenação da 3ª Conferência Nacional de Juventude, tendo também um papel decisivo na idealização do *Plano Juventude Viva* do governo federal que reúne ações de prevenção para reduzir o extermínio de jovens negros e na mobilização contra a redução da maioridade penal.

Esta atuação tem sido protagonizada por jovens articulados(as) numa rede que reúne lideranças da PJ de todo o país e que encontraram nas redes sociais uma importante ferramenta para corroborar este trabalho. A presença da PJ nos espaços de incidência política também tem sido marcada por diálogos respeitosos e cooperativos com outras expressões de juventude,

⁴ (SOFIATI, 2012).

sejam elas religiosas ou não. Esta postura tem tornado a PJ uma referência no campo das articulações e mediações de conflito entre diferentes tendências políticas presentes nos conselhos de juventude.

As bandeiras sociopolíticas assumidas pela PJ são assumidas na perspectiva cristã da busca pela vida em abundância para todos e todas (cf. Jo 10,10), sinalizando assim a sua fidelidade à proposta de Jesus Cristo. Para a PJ, denunciar a morte e a violência contra os jovens e propor mecanismos de ação que responsabilizem o Estado pela garantia dos direitos da juventude são compromissos profundamente enraizados no Evangelho e que estão em sintonia com a Igreja do Brasil e seus documentos. Neste movimento, a PJ oferece duas grandes contribuições: se por um lado se apresenta como presença significativa e cooperativa da Igreja católica nestes espaços laicos e marcados pela diversidade religiosa, cultural, política e social, por outro também apresenta à própria Igreja um compromisso sociopolítico alicerçado no Evangelho que respeita a laicidade do Estado e se coloca à serviço da sociedade em cooperação com diferentes atores, sejam eles religiosos ou não.

2 REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE

2.1 Memória histórica

A REJU surge em 2007 como um projeto do Fórum Ecumênico ACT Brasil,⁵ o qual se origina da dupla constatação do crescimento de uma cultura de direitos na sociedade brasileira e de condições institucionais para efetivá-los, ao mesmo tempo em que se observa uma paradoxal negação dos mesmos, sendo as juventudes as principais vítimas destas violações.⁶ Também leva em conta o cenário interno do movimento ecumênico internacional e brasileiro, que sofre alterações em sua conjuntura e vê a necessidade de fortalecer sua identidade juvenil e a atuação na luta em favor de direitos, intensificando sua incidência pública. As jornadas ecumênicas realizadas em âmbitos local, regional e nacional nos anos subseqüentes foram as instâncias de mobilização e articulação da rede que, a partir do envolvimento ativo das juventudes, conquista autonomia em suas iniciativas e mobilizações. Assumindo a incidência pública como elemento central desde sua origem, particularmente na efetivação das PPJs, a REJU articula-se em vários estados brasileiros, atuando em âmbito nacional, estadual e local. Os meios de comunicação, especialmente virtuais, potencializam o contato e o posicionamento adotado coletivamente, e mediado por jovens que desempenham o papel de facilitadores(as) regionais das demandas que se apresentam. Por sua natureza ecumênica, a rede é formada por jovens de diferentes tradições

⁵ O FEACT (membro da agência humanitária ACT Alliance) é um coletivo de organizações ecumênicas, comunidades religiosas e movimentos sociais com um profícuo histórico de atuação na sociedade brasileira, no campo da promoção e defesa de direitos.

⁶ A estruturação de uma Política Nacional de Juventude por parte do Estado brasileiro, propondo instâncias e mecanismos para a promoção dos direitos juvenis, convive com a vitimização de muitos(as) jovens, especialmente dos/as mais empobrecidos(as). Associado a este contexto, apresenta-se uma cultura de intolerância, expressa em diversos níveis, incluindo o religioso. O FEACT propõe, assim, um projeto que coloque em pauta estas questões e provoque uma apropriação juvenil deste cenário, possibilitando que estes sejam protagonistas de potenciais mudanças nas esferas governamentais e da sociedade civil.

religiosas e espiritualidades, bem como por outros(as) que não pertencem a grupos religiosos específicos, mas que demonstram sintonia com as pautas assumidas. Entre os membros da REJU estão, por exemplo, jovens que também integram a PJ, de modo que, entre as duas, tem sido desenvolvida uma efetiva e produtiva parceria.⁷

2.2 Liberdade religiosa e o Estado laico nas pautas da REJU

No encontro nacional de dezembro de 2014, a REJU assumiu como um de seus cinco eixos temáticos *Juventude, Estado laico e superação de intolerâncias*. Para a rede, a laicidade do Estado é garantia necessária para a afirmação da diversidade e valorização das religiões no cenário brasileiro, especialmente em relação às minorias religiosas que sofrem a influência de grupos mais numerosos e influentes. Entende a liberdade religiosa como direito humano, reconhecendo que compete à liberdade e autonomia de cada pessoa a opção por balizar a vida a partir das próprias crenças, sem querer exigir o mesmo das outras pessoas. O Estado laico, diferenciado de um estado ateu, é ponte para os demais direitos. A representação pública precisa considerar que as políticas públicas são constituídas a partir da Constituição Federal, e não das crenças.

A reivindicação por um Estado laico de fato é fortalecida pela constatação de que há no país um monopólio religioso, hegemonicamente cristão, com uma incidência pública intensa e marcadamente conservadora, que compromete o exercício do direito à liberdade religiosa e gera um cenário de intolerância, especialmente em relação aos grupos minoritários.⁸ Desta forma, a atuação da REJU tem se apresentado na explicitação e denúncia destas situações de intolerância, violência, preconceito, por motivos religiosos, e na reivindicação de um posicionamento do poder público e da sociedade civil em vista de uma convivência justa e pacífica entre credos; uma justiça que passa pela garantia dos direitos fundamentais de cada pessoa, e pelo diálogo respeitoso que permite o reconhecimento e valorização de suas tradições religiosas. Merecem destaque a mobilização realizada anualmente no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (21 de janeiro), as notas e moções de repúdio frente a fatos e acontecimentos, deliberações, posicionamentos e proposições nas esferas de governança, emitidas em nome próprio ou em conjunto com outros organismos sociais, ecumênicos e inter-religiosos. Em relação aos espaços de incidência, tal como a PJ, a REJU compõe o CONJUVE, chegando a ocupar a vice-presidência do mesmo e estando à frente da articulação da 3ª Conferência Nacional. O Comitê Nacional da Diversidade Religiosa, ligado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos corresponde igualmente a outro espaço de presença e acompanhamento, nos quais a

⁷ Exemplificam isso, por exemplo, o apoio ativo da REJU à *Campanha nacional contra a violência e extermínio de jovens* articulada pelas pastorais da juventude, a cooperação do espaço intitulado *Tenda das Juventudes*.

⁸ As religiões de matriz afro estão entre os grupos que mais tem sofrido com a perseguição e intolerância religiosa.

pauta da liberdade religiosa no Estado laico é politicamente potencializada, e às quais estão sintonizadas as incidências locais e regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que os espaços religiosos atuam como mediadores e articuladores de iniciativas juvenis, as juventudes têm possibilitado uma oxigenação na esfera interna destes agrupamentos religiosos (PJ), sendo um contraponto aos discursos exclusivistas e sectários assumidos por alguns destes, por meio de uma cooperação ativa e organizada entre credos (REJU). Na especificidade de suas organizações e focos de atuação, os dois organismos sinalizam para a possibilidade de um discurso integrado e integrador entre fé e vida por meio de um diálogo aberto, crítico e valorativo da pluralidade.

Observa-se que a incidência política da PJ e REJU explicitam um processo pedagógico à medida em que envolve as juventudes que a compõe em um envolvimento progressivo com as linguagens, dinâmicas e estruturas do espaço público, na interface com o espaço religioso. Isso permite o desenvolvimento de uma mentalidade e posturas de abertura e diálogo com a pluralidade religiosa, de discernimento dos mecanismos que esta utiliza para intervir na sociedade e proposição de iniciativas que contemplem asseguram os princípios de liberdade religiosa e laicidade do Estado assegurados constitucionalmente. ✨

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena; MARTONI BRANCO, Pedro Paulo (Orgs.) **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro.; ESTEVES, Luiz Carlos. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: MEC; UNESCO, 2007.

ANDRADE, Rodrigo de. Rede de atores pastorais e sua influência nas políticas públicas de juventude: constituição de uma comunidade epistêmica. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 1, dez. 2014. Disponível em: <http://revistasnj.ibict.br/ojs_snj/index.php/snj/article/view/RODRIGO%20DE%20ANDRADE>. Acesso em: 10 jun. 2017.

REDE ECUMÊNICA DA JUVENTUDE. Disponível em: <<http://reju.org.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. Estado laico: é a gente que faz! **YouTube**, 21 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IzmJFep-ytA>>. Acesso em: 29 maio 2017.

_____. REJU: nossas identidades e territórios. **YouTube**, 4 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ifLy4uMK5I>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SILVA, Joaquim Alberto Andrade; VIEIRA, Luiz Duarte; DA SILVA, Roberta Agostinho. **Pastoral da Juventude: um jeito de ser e fazer**. Somos Igreja jovem. São Paulo: FTD, 2012.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Juventude católica: o novo discurso da teologia da libertação**. São Carlos: EdUFSCar, 2012.